



Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau e
Comitê Orçamentário do 2º grau

1 Informações Gerais

Ata 1ª Reunião Conjunta (3ª Ordinária do Comitê do 1º Grau e 1ª Ordinária do 2º grau de 2018)

Data: 13/08/2018

Horário: 10h10min às 11h40min

Local: Sala de Convivência, 2º andar, Tribunal de Justiça

Pauta:

- 1) O processo de planejamento orçamentário;
- 2) Orçamento em retrospectiva;
- 3) Orçamento 2018;
- 4) Proposta orçamentária 2019.

Ata elaborada por: Diana Santos Pontes

2 Participantes

Cargo	Nome
Membros dos Comitês	
Vice-Presidente do Tribunal e Coordenador do Comitê Orçamentário do 2º Grau	Washington Luis Bezerra de Araújo
Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau	Marcelo Roseno de Oliveira
Juíza Diretora do Fórum das Turmas Recursais/ Membro do Comitê 2º Grau	Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo
Juiz eleito/ Membro do Comitê 1º Grau	Fernando Antônio Medina de Lucena (suplente) Luiz Augusto de Vasconcelos (suplente)
Juiz Corregedor Auxiliar/CGJ/ Membro Comitê do 1º Grau	Francisco Glaydson Pontes Filho
Juiz auxiliar da Presidência	Francisco Luciano Lima Rodrigues
Magistrado representante da ACM/ Convidado pelo Comitês do 1º e 2º graus	Ricardo Alexandre da Silva Costa
Secretário de Planejamento e Gestão / Membro Comitê do 1º Grau e do 2º Grau	Sérgio Mendes de Oliveira Filho
Secretário de Finanças/ Membro Comitê do 1º Grau e do 2º Grau	José Joaquim Neto Cisne
Secretária de Gestão de Pessoas/Membro Comitê do	Ângela Márcia Fernandes Araújo

Cargo	Nome
1º Grau	
Secretário de Tecnologia da Informação / Membro Comitê do 1º Grau	Denise Maria Norões Olsen
Superintendente Judiciário	Nilsiton Rodrigues A. Aragão
Servidor do FCB como eleito pelos servidores/ Membro Comitê do 1º Grau	Hadjefferson Marreiro e Silva (suplente)
Secretariado da reunião	
Assistente de Apoio Técnico da Seplag	Diana Santos Pontes
Assistente Técnico – Ass. Art. 1º Grau	Felipe de Albuquerque Mourão
Coordenadora de Planejamento Orçamentário	Lorena Barroso Soares

Registraram-se as ausências por motivo de férias do juiz indicado pela Presidência/ Membro do Comitê 1º Grau, Dr. Jorge Di Ciero Miranda; bem como do Servidor do FCB indicado pela Presidência/ Membro Comitê do 1º Grau, Carlos Olegário C. Pinheiro. Na ocasião, o Secretário Judiciário / Membro Comitê do 2º Grau foi substituído pelo Superintendente Judiciário, Nilsiton Rodrigues A. Aragão, bem como o juiz Corregedor Auxiliar/CGJ/ Membro Comitê do 1º Grau, Dr. Roberto Soares Bulcão Coutinho, foi substituído pelo Dr. Francisco Glaydson Pontes Filho, juiz Corregedor Auxiliar/CGJ.

3 Discussão e deliberações

- 3.1. O Des. Washington Luis abre a reunião e passa a palavra para Sérgio Mendes. O Secretário menciona que tratará do processo de planejamento orçamentário, da previsão e execução do orçamento de 2018 e da proposta orçamentária de 2019.
- 3.2. O Secretário inicialmente aborda o roteiro do processo de construção da proposta orçamentária (projeção das receitas, levantamento das demandas, consolidação do orçamento e avaliação da adequação das despesas de pessoal à LRF). Na oportunidade, o Secretário ressaltou a Emenda Constitucional nº 88/2016, que estabelece limites individualizados para as despesas primárias correntes, bem como comentou sobre outros normativos que regulamentam o processo orçamentário.
- 3.3. O Secretário de Planejamento alerta sobre a queda da arrecadação do FERMOJU relativa às custas processuais. Esclarece a queda pode estar sendo ocasionada provavelmente pelo parcelamento ou adiamento destas, permitidos pelo Novo CPC. Dr. Medina fala que o Tribunal deve normatizar a exigência das custas processuais para quem de fato pode pagar, bem como a cobrança de aluguel relativo à utilização dos prédios do TJCE por outros parceiros. Des. Washington sugere que os juízes presentes e outros que dominem a matéria se reúnam e levantem as principais hipóteses em que há maior evasão de custas. A ideia é que este levantamento subsidie a elaboração de diretrizes para promover uma melhor atuação dos magistrados quanto à cobrança das custas processuais. Na oportunidade, Dr. Marcelo comenta sobre as medidas de incremento da arrecadação que estão a cargo da Corregedoria, mencionando, inclusive, que foi encaminhada a tabela para alterações das custas à Assembleia Legislativa, porém, que está não foi apreciada pelo referido órgão. Des. Washington delibera que após as eleições, o TJCE submeta-a novamente à Assembleia. Quanto à reunião deliberada pelo Des. Washington, Dr. Marcelo Roseno sugere que a CGJ apresente na ocasião os estudos realizados e/ou medidas adotadas e cita alguns juízes que podem atuar neste ponto (Dr. Demétrio e Dr. Gúcio). O Magistrado complementa que após o trabalho, a CGJ poderia elaborar um manual de orientações a ser disponibilizado aos magistrados. Nilsiton sugere que a Esmec seja

- envolvida para contribuir com as orientações aos magistrados. A reunião fica agendada para 29 de agosto, às 10h, na Sala de Convivência, com a presença do grupo da presente reunião e dos magistrados Dr. Demétrio, Dr. Gúcio e com supervisores a serem indicados.
- 3.4. Em seguida, o Secretário de Planejamento passa a abordar o orçamento em retrospectiva, apresentando as variações de despesa de pessoal, custeio e investimento entre 2013-2017, esclarecendo impactos que ocorreram no período.
 - 3.5. O Secretário aborda as duas mais novas modalidades do planejamento orçamentário do TJCE conforme previsto na Resolução nº 11/2018, que aprovou o modelo de governança orçamentária do órgão. Dessa forma, além do planejamento orçamentário anual, teremos o da gestão (dois anos) e o do Plano Estratégico (seis anos).
 - 3.6. No tocante à execução orçamentária de 2018, referente à fonte Tesouro, Sérgio Mendes retrata que o TJ necessitará de suplementação de aproximadamente R\$ 142 milhões, pontuando que a partir do próximo ano despesas de custeio e manutenção deverão ser financiadas pelo FERMOJU, pois o do Tesouro absorverá as implementações de custeio e pessoal destinados à manutenção da folha.
 - 3.7. Des. Washington abre a discussão sobre formas de podermos executar o orçamento do TJCE para que o pedido de suplementação ao Executivo não seja sempre alto/crescente, pois Sérgio Mendes aborda que a execução maior do TJCE historicamente é sempre no segundo semestre e que a previsão dos limites para a construção da proposta orçamentária do ano seguinte são com base na execução do primeiro semestre. O Secretário de Planejamento fala que a suplementação é esperada pelo Executivo, pois eles acompanham nossa execução e sabe que o que enviam é baseado apenas no primeiro semestre do ano. A Suplementação do tesouro servirá para custear parte das despesas hoje não cobertas pelo FERMOJU, pois, como mencionado, no próximo ano não será possível liberar valores do Tesouro para tanto.
 - 3.8. Quanto à proposta orçamentária de 2019, são apresentados os limites do orçamento do ano. Em se tratando da Fonte Tesouro, o limite é de 1.255.650.003,18, o que representa 5,46% da RCL. No tocante ao FERMOJU, ao abordar o quadro de projeção de receitas e despesas orçamentárias para 2019 foi mencionado pelo Secretário um déficit de aproximadamente 10 milhões com relação à demanda para o ano, devendo as secretarias ajustarem as previsões de gastos e o TJCE fazer esforço para incrementar a arrecadação da referida fonte.
 - 3.9. Com relação ao orçamento do FUNSEG 2019, considerando as demandas para 2019 e a previsão de arrecadação, teremos um déficit no custeio, devendo ser utilizado o saldo da fonte para fechar o orçamento do ano.
 - 3.10. Na sequência, foi apresentada a proposta de orçamento para 2019 do Fundo dos Oficiais de Justiça, FECdoj.
 - 3.11. Por fim, o Secretário de Planejamento demonstrou a projeção das despesas distribuídas entre 1º e 2º graus. Com relação à Fonte Tesouro, a distribuição ficou: 76% para o 1º grau e 24% para o 2º grau. Já referente à fonte FERMOJU, a divisão ficou: 61,4% para o 1º grau e 38,6% para o 2º grau. Após esta explanação, o Secretário apresentou o rol dos projetos estratégicos contemplados na proposta orçamentária para o 1º grau, 2º grau e setor administrativo.
 - 3.12. São projetos estratégicos para o 1º grau: Saneamento dos dados processuais da área criminal do 1º grau; Ampliação e aprimoramento da segurança institucional do Poder Jud. Estado Ceará; Construção do Novo Fórum de Russas; Construção do novo Fórum de Itapajé; Construção do Novo Fórum de Senador Pompeu; Reforma e ampliação de segurança do Fórum de Caucaia; Construção do Novo Fórum de Várzea Alegre; Instalação de Sistema Fotovoltaico conectado à rede do fórum de Itapajé; Padronização e Integração do Mandado de Prisão; Desenvolvimento do Painel de Monitoramento do Programa Integra; e Expansão dos serviços da Coordenadoria Integrada de Apoio à Área Criminal. Para o 2º grau, consta o projeto Implantação do Sistema de Correição e Inspeção extrajudiciais. Por sua vez, para a área administrativa estão: implantação do

Esocial; e implantação do sistema de progressão e promoção.

3.13. Para concluir sua explanação, o Secretário abordou o trabalho que está sendo realizado no âmbito do comitê orçamentário de 1º grau, que se trata da realização de oficinas para levantamento de iniciativas estratégicas a ser entregue à próxima gestão, pontuando como este sendo mais um reforço no direcionamento para uma melhor utilização dos gastos.

3.14. Sem mais, o Des. Washington Luis encerrou a reunião.

4. Compromissos

Descrição	Prazo	Responsável
Discussão de medidas para incrementar a arrecadação das custas processuais. Participantes: grupo da presente reunião, os magistrados Dr. Demétrio Sakere Dr. Gúcio Coelho e supervisores a serem indicados.	29/08 às 10h	Seplag

5. Aprovações

Segue ATA da reunião realizada no dia 13/08/2018 para análise. As manifestações de correções ou acréscimos devem ser enviadas até o dia 23/08/2018. Caso não haja sugestões de alterações, a ata será considerada aprovada.